CNI RELATÓRIO INFRAESTRUTURA

Ano 7 • Número 1 • fevereiro de 2010 • www.cni.org.br

destaques do mês

Centralização nos leilões do setor elétrico

As empresas controladas da estatal Eletrobrás não terão mais autonomia para tomar decisões estratégicas, assegura o presidente da companhia, José Antonio Muniz Lopes, a palavra final caberá ao grupo de gestão da *holding*. Segundo ele, as empresas do grupo não participarão isoladas em consórcios diferentes para disputar leilões de energia e linhas de transmissão. Agora, isso será uma decisão do conselho da Eletrobrás. Nos leilões de porte menor, as controladas poderão entrar sozinhas, mas não vão competir entre si. A nova forma de participação foi posta em prática no último leilão de linhas de transmissão e de energia eólica. A exceção, explica Muniz, será em Belo Monte, todos os grupos interessados poderão se associar a qualquer empresa da *holding,* mas quando for constituída a sociedade de propósito específico, depois do leilão, quem vai assinar o contrato é a *holding*. "Neste caso, o governo permitiu porque se fosse só a Eletrobrás eu só entraria em um consórcio. E quem estivesse com a Eletrobrás ganharia naturalmente a licitação e, assim, não teríamos competição". (29.12.2009 – Valor Econômico)

Leilão de eólicas movimenta R$ 19,5 bilhões

O primeiro leilão de energia eólica contratou 1.805 MW. O montante a ser investido nos 20 anos de vigência dos contratos será R$ 19,5 bilhões. O leilão foi bastante disputado, com deságios entre 19% e 31%. O preço médio do leilão foi de R$ 148,39/MWh, o preço mínimo ficou em R$ 131/MWh e o máximo, em R$ 153,07/MWh. Setenta e uma usinas venderam sua energia em contratos de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2012. O maior vencedor do leilão foi o Estado do Rio Grande do Norte, que vai abrigar empreendimentos num total de 657 MW de potência instalada. Em seguida, ficou o Ceará, com 542 MW; Bahia, 390 MW; Rio Grande do Sul, 186 MW; e Sergipe, 30 MW. A venda no leilão deve significar investimentos de R$ 9 bilhões. Com o resultado, a energia eólica triplica sua participação na matriz energética nacional, de 602 MW para 2.407 MW. (15.12.2009 – O Estado de S. Paulo)

painel

■ Leilão de energia A-3 é cancelado

O governo cancelou o leilão de energia A-3, que deveria ter ocorrido dia 21 de dezembro de 2009, por atrasos na liberação de licenças prévias para usinas hidrelétricas e por escassez de demanda das distribuidoras. A falta ou o atraso das licenças para sete hidrelétricas, com capacidade para 905 MW, faria com que predominassem no leilão usinas térmicas a gás.

■ Redução do percentual de mistura do álcool na gasolina

O governo decretou a redução de 25% para 20% do volume de álcool anidro misturado à gasolina. A medida passa a vigorar a partir de fevereiro e vale por 90 dias.

destaques do mês

CNPE define regras para permitir exportação de excedente de GNL

Uma importante base legal para que o Brasil passe de importador a exportador de GNL foi definida. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), por meio da Resolução Normativa nº8/2009, definiu diretrizes para que a Petrobras possa exportar o excedente de GNL, o que sobra nos gasodutos, e também o produto importado em excesso. Esse pode ser um passo para que o Brasil exporte parte do gás que será extraído do pré-sal. Para Ricardo Lima, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), é preocupante o fato de o governo estar prevendo normas para exportar gás, enquanto ainda não foi definida uma política nacional para o uso do gás pelas indústrias. "Foi privilegiado o interesse comercial de empresas, e não o de todo país." (09.12.2009 – Valor Econômico)

Aneel aprova abatimento na conta de luz para compensar apagões

A partir de 1º de janeiro, as distribuidoras de eletricidade que estourarem os limites de duração e frequência de apagões terão de ressarcir os consumidores, mês a mês, por meio de desconto na conta. A decisão, tomada pela Aneel (Resolução Autorizativa nº 2.227/2009), muda os critérios de punição das empresas que não cumprem as metas de melhora dos serviços de fornecimento de energia. A agência estabeleceu uma fórmula para calcular quanto cada consumidor terá a receber. A conta leva em consideração em quanto foi ultrapassado o limite tido como aceitável para blecautes naquele mês. Esse número é multiplicado pelo custo, por hora, da distribuição de energia. O resultado, em reais, será multiplicado por 15. É esse valor final que será descontado na conta de luz do no mês seguinte. (16.12.2009 – O Estado de S. Paulo)

painel

■ ANTT faz audiência pública sobre REIDI

A ANTT está realizando audiê pública sobre a proposta de regulamentação dos procedimentos de análise dos projetos de infraestrutura no s de transportes para fins de habilitação ao REIDI – Regime Especial de Incentivos para Desenvolvimento da Infraestrutura. As contribuiçõ poderão ser encaminhadas at dia 11 de fevereiro de 2010 n site *www.antt.gov.br*

■ Anatel faz consulta sobre leilão de 3G

O conselho diretor da Anatel aprovou a proposta de regras para o próximo leilão de licenças de telefonia celular de terceira geração (3G), na chamada banda H. A proposta só permite que empresas novas, que ainda não operam na telefonia celular no País, participem da disputa. O edital estará em consulta pública até 22 de fevereiro de 2010 no site *www.anatel.gov.br*

destaques do mês

Concessões: Lobão diz que não há pressa

O Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmou que não há pressa na solução da questão das concessões do setor elétrico que começam a vencer em 2015. Segundo ele, há duas hipóteses: realizar novas licitações; ou encaminhar um PL ao Congresso propondo a prorrogação das concessões. Em ambos os casos, o governo quer exigir redução de tarifas de energia. Segundo o ministro, não há uma preferência do governo pela prorrogação ou pela retomada dessas concessões. (Gazeta Digital - 10.01.2010)

Agências terão que avaliar o impacto das suas decisões

Em 2010, as agências reguladoras começarão a colocar em prática os estudos de Análise de Impacto Regulatório (AIR). Por essas análises, as instituições terão uma avaliação dos impactos de suas normas, ponderando o bem-estar de consumidores e empresas, e também o custo-benefício das decisões tomadas. O governo discute a possibilidade de criar um órgão para executar as análises do impacto da atuação de cada agência e dar mais abrangência aos estudos, o Organismo de Supervisão Regulatória (OSR). A iniciativa do governo é similar ao que já existe em diversos países que seguem as recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Enquanto o OSR não é criado, as agências reguladoras deverão adotar a metodologia sugerida pela OCDE para realizarem elas mesmas, a AIR. (08.01.2010 – Valor Econômico)

Governo aponta cartel no transporte aéreo de carga

A SDE (Secretaria de Direito Econômico) afirmou que sete companhias aéreas formaram cartel para combinar preços no setor de carga. Para tanto, combinavam a cobrança do chamado adicional de combustível. As empresas citadas são: Air France, American Airlines, KLM, ABSA, VarigLog, Alitalia e United Airlines. O processo será encaminhado ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que decidirá se as empresas são culpadas ou não. A SDE informou que os repasses do adicional de combustível foram autorizados pelo extinto DAC (Departamento de Aviação Civil) e aconteceram entre 2003 e 2005. Na ocasião, as empresas foram autorizadas a aumentar a tarifa. Mas, em seguida, combinaram preços comuns e datas para implementar o reajuste do adicional de combustível. Também negociaram valor mais alto com os exportadores. (06.01.2010 – Folha de S. Paulo)

destaques do mês

Governo restringe portos privados

A nova regulamentação do setor portuário, prevista para ser publicada em fevereiro, deve acabar com os planos de investidores que pretendiam construir terminais no Brasil sem passar por processo de concessão. A Antaq avisou que a instalação indiscriminada de terminais portuários será restringida. Segundo o diretor-geral da Antaq, Fernando Fialho, apenas terão autorização, sem concessão, para construir terminais de uso privativo empresas que comprovarem movimentação de carga própria. Se houver ociosidade no porto, essa empresa poderá operar com mercadorias de terceiros, desde que a carga tenha a mesma natureza da atividade principal do porto. Quem quiser construir porto para movimentar, sem restrições, carga de terceiros terá de passar por um processo de concessão. (18.01.2010 – O Estado de S. Paulo)

Baixa concorrência no setor de telecomunicação inibe portabilidade

A portabilidade numérica permanece longe das previsões iniciais de migração em massa de assinantes, totalizando 4,5 milhões de pedidos até o início de janeiro. A razão do baixo impacto da portabilidade numérica é que o assinante vê pouca diferenciação entre os serviços, avalia o Yankee Group. A entrada em vigor da portabilidade não provocou grande diferenciação nas estratégias das operadoras móveis. Nesse segmento, os assinantes já experimentam diversas empresas mudando o chip, conforme a promoção, sem portar o número, e não há percepção de mudanças significativas no serviço. No segmento pós-pago, de clientes com maior valor, houve pouca diferença entre os pacotes da Oi, Vivo, TIM e Claro. (15.01.2009 – Valor Econômico)

Acesso móvel à web vai ultrapassar rede fixa em 2010

Até o final de 2010, o país terá mais usuários de banda larga móvel do que fixa, estima o Yankee Group. A procura pelo acesso móvel à internet vem tão aquecida que a Anatel identificou excesso de tráfego, com falhas tanto na transmissão de dados como de voz nas redes 3G de telefonia celular. De acordo com o Yankee Group, 20% dos clientes de 3G já são responsáveis por quase 25% do tráfego das operadoras celulares. Em 2013, os acessos de 3G deverão representar 38% do total de celulares no país, com 83 milhões de assinantes, sob uma taxa média de crescimento acumulada anual de 157%. A rede 3G já atende a 63% da população brasileira e, de acordo com a agência, boa parte das operadoras está se antecipando às exigências fixadas pela Anatel e ampliando a área física de atuação. (11.12.2009 – Valor Econômico)

Energia elétrica, petróleo, biocombustíveis e gás natural

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (em MW)

de 16 de dezembro de 2009 até 31 de dezembro de 2013

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2009	2010	2011	2012	2013	Σ
Conservador	316	2.020	1.694	795	1.929	6.755
Otimista	316	2.020	1.694	795	1.929	6.755

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2009	2010	2011	2012	2013	Σ
Conservador	262	2.823	1.284	0	360	4.729
Otimista	262	3.496	3.124	1.570	2.596	11.048

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2009	2010	2011	2012	2013	Σ
Conservador	1.090	2.432	271	120	0	3.913
Otimista	1.096	3.848	1.138	537	522	7.142

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2009	2010	2011	2012	2013	Σ
Conservador	1.667	7.275	3.250	915	2.289	15.396
Otimista	1.674	9.364	5.956	2.902	5.048	24.945

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

*Inclui as participantes e as não participantes do Programa Proritário de Termelétricas.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, ou seja, que considera a expansão da capacidade livre de restrições, um aumento de 15,4 mil MW na capacidade total de geração elétrica do País, no período entre 16 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2013. Nesse contexto, a taxa média de crescimento da capacidade instalada seria de 2,5% ao ano.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 24,9 mil MW no período 2009-2013. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,1% ao ano.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Todas as Usinas Hidrelétricas (UHE) com previsão para entrada em operação estão livres de restrições, ou seja, o andamento dos projetos está dentro do calendário previsto pela Aneel.

A UHE de Jirau tem previsão para entrar em operação, tanto no cenário otimista quanto no conservador, a partir do ano de 2013 (1.050 MW). A UHE de Santo Antônio também não apresenta restrições e entrará em operação a partir de 2012 com 660 MW.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas – F.A.

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 1 mil MW de potência até 2011, sem outros empreendimentos previstos para os anos de 2012 e 2013. Do total previsto, cerca de 176 MW (18%) correspondem à potência de 11 usinas em obras e integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA. Já no cenário otimista, 2 mil MW devem entrar em operação até 2013, sendo 223 MW (13%) equivalentes às usinas do PROINFA.

No cenário conservador, não há previsão de entrada em operação de fontes alternativas em 2013.
A previsão é de que todos os empreendimentos pertencentes ao PROINFA entrem em operação até o final de 2010.

As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 3 mil MW até 2012. No cenário otimista, a contribuição total dessa fonte pode chegar a 5 mil MW até 2013. Tanto no cenário otimista quanto no conservador, 70 MW são referentes a projetos do PROINFA no período.

No cenário conservador, as usinas eólicas, todas do PROINFA, devem acrescentar até 2010, 261 MW. E, no cenário otimista, 886 MW. Sendo que, destes, apenas 30 MW não são participantes do PROINFA. Não há previsão para usinas eólicas entrarem em operação no período 2011-2013. Ainda não foram contabilizadas nas previsões da ANEEL as usinas vencedoras do segundo leilão de energia de reserva.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

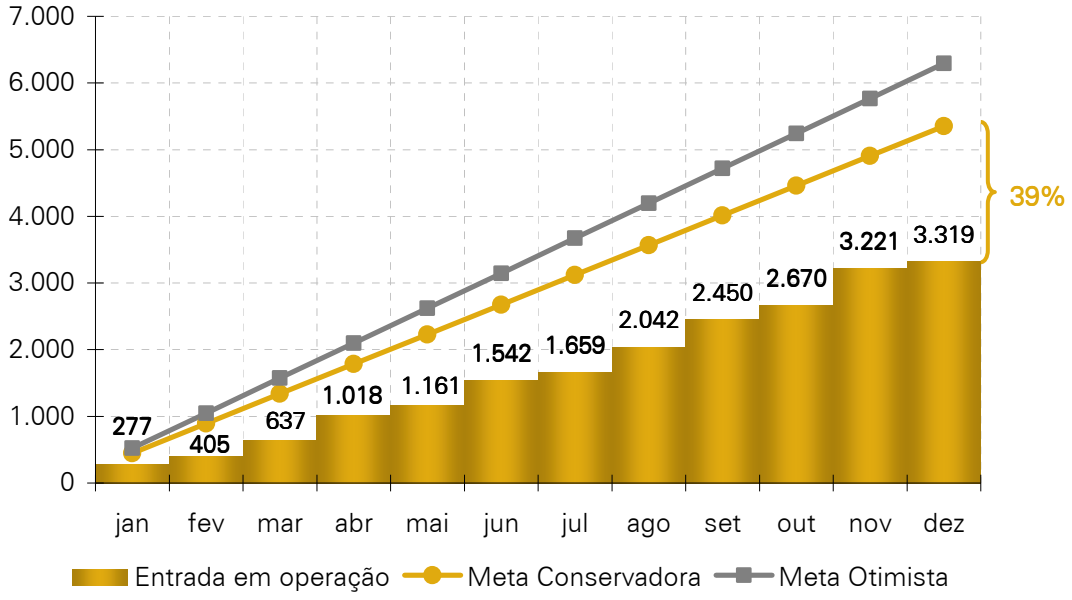
O gráfico apresentado na página seguinte ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas tracejadas representam uma média teórica de entrada constante de capacidade geradora em operação para que a meta determinada pela Aneel seja atingida até o final do ano.

As metas para 2009 previam, respectivamente, a entrada de 5.351 MW e 6.293 MW de capacidade geradora no sistema interligado. Considerando a entrada em operação real de nova capacidade geradora, observada até o dia 16 de dezembro, 3.319 MW entraram em operação (sendo 98 MW referentes ao mês de dezembro).

Em 2009, a expansão da capacidade de geração representou apenas 62% da meta conservadora.

Em 2008 e em 2007, as entradas em operação foram, respectivamente, 85% e 87% da meta conservadora. Esse quadro é conseqüência, principalmente, das dificuldades para a emissão de licenças ambientais dos empreendimentos.

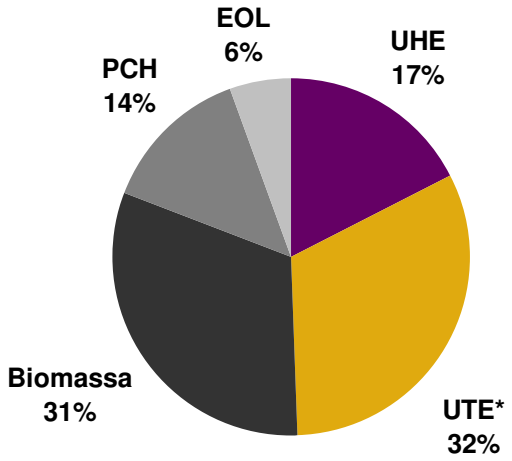
Expansão da Capacidade de Geração em 2009 (MW)
Metas previstas pela Aneel em janeiro de 2009



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

Da potência total instalada em 2009, as UTEs foram as que apresentaram a maior contribuição, representando 32%. Seguida pela geração a biomassa com 31%. Em 2008, foram as PCHs que representaram o maior potencial instalado, 31%, seguidas pela geração a biomassa com 29%.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em novembro de 2009, 33.765 GWh, apresentando crescimento de 0,9% em relação ao mesmo mês de 2008. No acumulado do ano, houve queda de 2,0%.

Para o setor industrial, houve uma redução no consumo de energia de 2,2% em relação a novembro de 2008. No acumulado do ano, a queda foi de 9,2%. Reflexo, ainda, da crise econômica internacional.

O comportamento entre as diferentes categorias de consumidores manteve-se o mesmo, com a classe residencial e a classe comercial puxando a expansão do mercado, enquanto a classe industrial permanece, ainda, com retração frente a 2008.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Novembro 2008	Novembro 2009	Var. %	Jan-Nov 2008	Jan-Nov 2009	Var. %
Residencial	8.214	8.646	5,3%	86.804	91.783	5,7%
Industrial	**15.148**	**14.813**	**-2,2%**	**166.375**	**151.078**	**-9,2%**
Comercial	5.505	5.782	5,0%	56.427	59.466	5,4%
Outras	4.898	4.837	-1,2%	51.266	51.455	0,4%
Total	**33.765**	**34.078**	**0,9%**	**360.871**	**353.783**	**-2,0%**

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

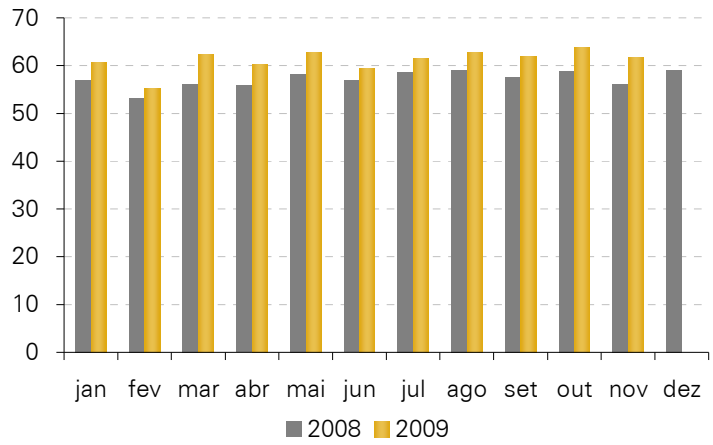
A queda do consumo total de energia elétrica verificada em 2009 tem como principal causa a crise econômica e seus reflexos sobre a atividade industrial. O consumo industrial vem mostrando sinais de lenta recuperação na comparação mensal.

2. Petróleo (ANP)

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo

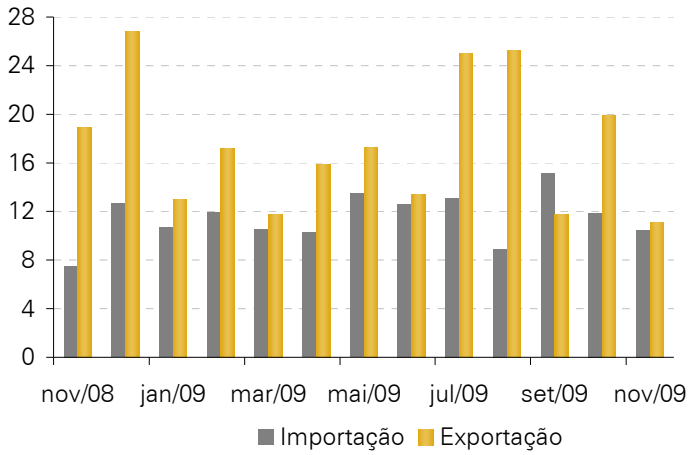
A produção nacional de petróleo do mês de novembro de 2009, foi de 6 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), apresentando aumento de 9,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 7,2% superior.

Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)



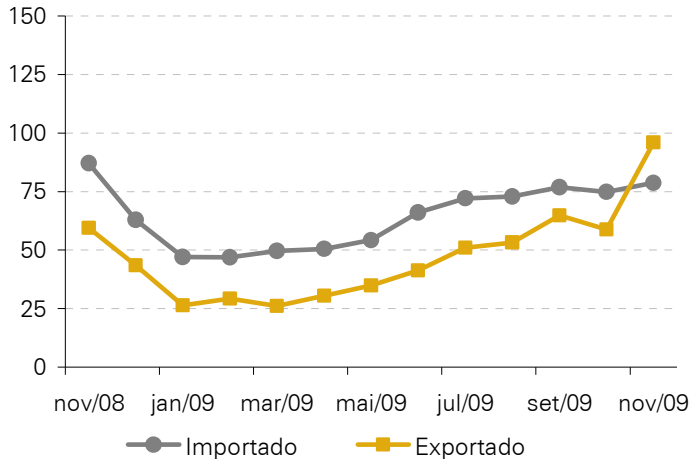
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País em novembro de 2009 foi de 11 milhões bep, o que representa um valor 41,4% inferior ao exportado em novembro de 2008. No acumulado do ano, o total exportado foi 30,2% superior.

O preço médio do petróleo importado pelo País em novembro de 2009 foi de US$ 96,02/barril, valor 61,5% superior ao preço médio do petróleo importado em novembro de 2008. No acumulado do ano, esse valor foi 45,6% inferior ao apresentado no mesmo período de 2008.

O volume correspondente ao processamento de petróleo, nas refinarias nacionais, em novembro de 2009, foi de 55 milhões bep, representando um volume 7,3% superior ao processado no mesmo mês do ano anterior. O volume processado no acumulado do ano foi 0,4% inferior

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US$ FOB/barril)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo

Em novembro de 2009, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 54 milhões bep, valor 10,3% superior ao produzido em novembro de 2008. No acumulado do ano, a produção foi 11,7% inferior.

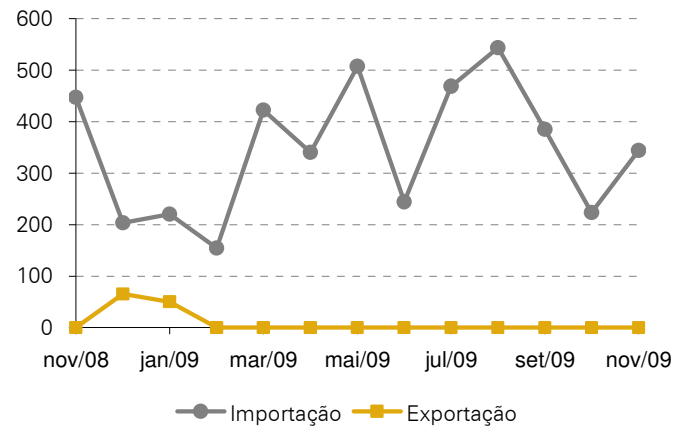
A importação de derivados de petróleo, em novembro de 2009, foi de 9 milhões bep, valor 0,8% inferior ao registrado em novembro do ano anterior. No acumulado do ano, a importação de combustíveis derivados de petróleo foi 2,5% inferior.

Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em novembro de 2009, foi constatado um total exportado de 7 milhões bep, o que representa um aumento de 34,6% em relação ao mesmo mês de 2008. No acumulado do ano, a queda foi de 15,6%.

O aumento significativo na exportação de derivados de petróleo diz respeito ao baixo volume exportado em novembro de 2008, em quantidades inferiores à média anual.

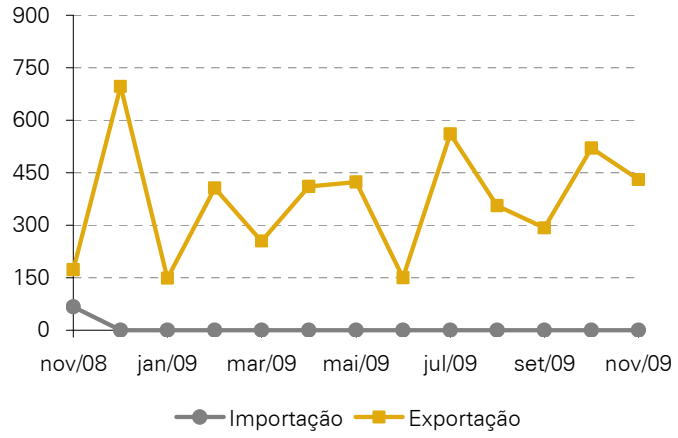
A produção de nafta, em novembro de 2009, foi de 736 mil m^3, o que representa aumento de 21,0% em relação a novembro do ano anterior. No acumulado do ano, o crescimento foi de 1,4%. A importação de nafta foi de 344 mil m^3, valor 23,0% inferior ao ocorrido em novembro de 2008. Porém, no acumulado do ano, houve aumento de 33,7%.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



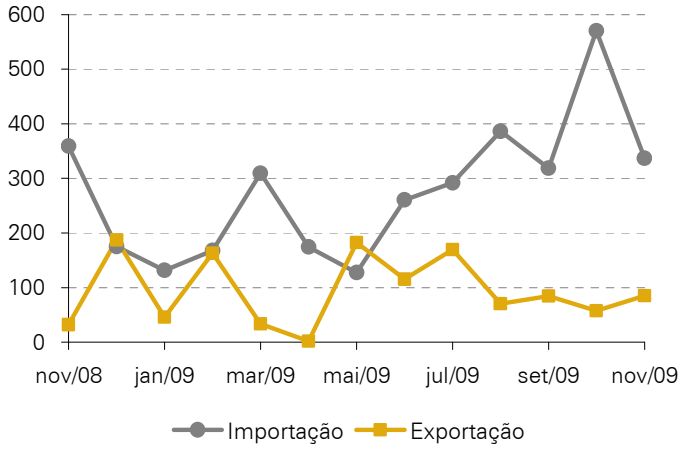
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)



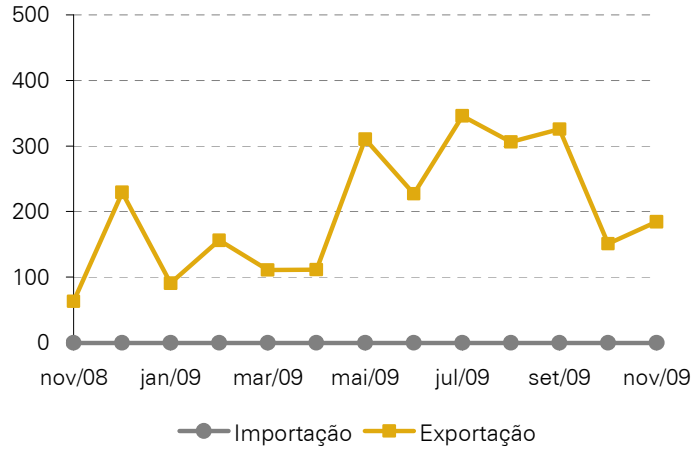
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A produção de óleo diesel, no mesmo mês, foi de 4 milhões de m³, volume 6% superior ao ocorrido em novembro de 2008. No acumulado do ano, a produção cresceu 4,0%. Na importação de óleo diesel, houve queda tanto na comparação com novembro de 2008 quanto no acumulado do ano: 6,2% e 45,6%, respectivamente.

Ainda no mesmo mês, a produção de gasolina foi de 2 milhões de m³, o que representa aumento de 4,9% em relação a novembro de 2008. No acumulado do ano, a produção foi 2,3% inferior. O volume exportado de gasolina, em novembro de 2009, foi o dobro do ocorrido em novembro de 2008. No acumulado do ano de 2009 em relação a 2008, houve queda de 1,7%.

A produção de óleo combustível foi de 1 milhão m³, montante 29,2% superior ao apresentado em novembro de 2008. No acumulado do ano, houve queda de 6,3%. A exportação de óleo combustível foi 150% superior ao ocorrido em novembro do ano anterior e 63,1% inferior no acumulado do ano.

2.3. Dependência Externa

Em novembro de 2009, o Brasil registrou uma dependência externa positiva na balança comercial de petróleo e derivados de 2,8%. Esse resultado deveu-se, principalmente, à importação líquida positiva de derivados verificada naquele mês (ou seja, exportação inferior à importação). No acumulado do ano a dependência externa foi negativa, no valor de 5,1%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	novembro/2008	jan-nov/2008	novembro/2009	jan-nov/2009
Produção de Petróleo (a)	56,1	627,5	61,7	672,8
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-11,4	-5,4	-0,6	-52,7
Imp. Líq. de Derivados (c)	4,3	8,5	2,4	20,0
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	49,0	630,6	63,5	640,1
Dependência Externa (e)=(d-a)	-7,1	3,1	1,8	-32,7
Dependência Externa (%) (e)/(d)	**-14,6%**	**0,5%**	**2,8%**	**-5,1%**

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial

A Balança Comercial Brasileira de Petróleo e Derivados, em novembro de 2009, apresentou saldo positivo de US$ FOB 258 milhões. Ou seja, o Brasil importou US$ 258 milhões a menos do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US$ FOB 109 bilhões.

O superávit verificado na balança de petróleo e derivados, em novembro de 2009, deveu-se ao aumento da receita com exportação. O montante exportado de derivados de petróleo, apesar do superávit em valor, apresentou déficit em termos de quantidade. Esse quadro foi ocasionado pela diferença no valor do preço médio de exportação e do preço médio de importação do mix de derivados comercializados pelo país.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US$ FOB)

	novembro/2008	jan-nov/2008	novembro/2009	jan-nov/2009
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.125	12.516	1.064	8.427
Dispêndio com importação (b)	653	15.594	823	8.140
Balança Comercial (c)=(a-b)	472	-3.078	241	287
Derivados				
Receita com exportação (d)	416	9.267	580	5.322
Dispêndio com importação (e)	778	10.968	565	4.916
Balança Comercial (f)=(d-e)	-362	-1.701	15	405
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.541	21.783	1.644	13.749
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.432	26.562	1.388	13.057
Balança Total (i)=(g)-(h)	**109**	**-4.779**	**256**	**692**

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

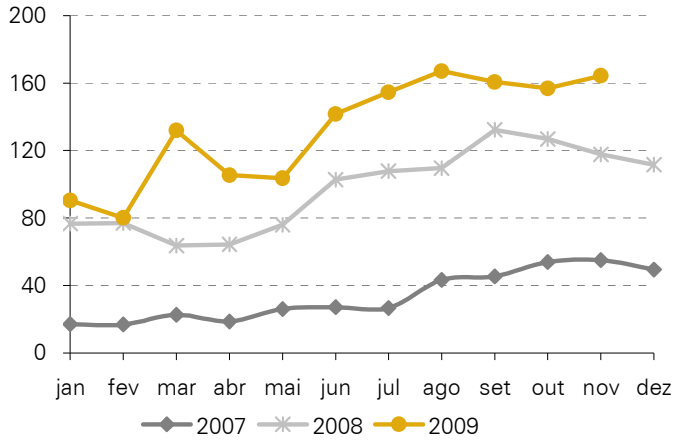
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de Biodiesel, em novembro de 2009, foi de 164 mil m³, valor 39,4% superior ao montante produzido em novembro de 2008. No acumulado do ano, a produção apresentou aumento de 38,1%.

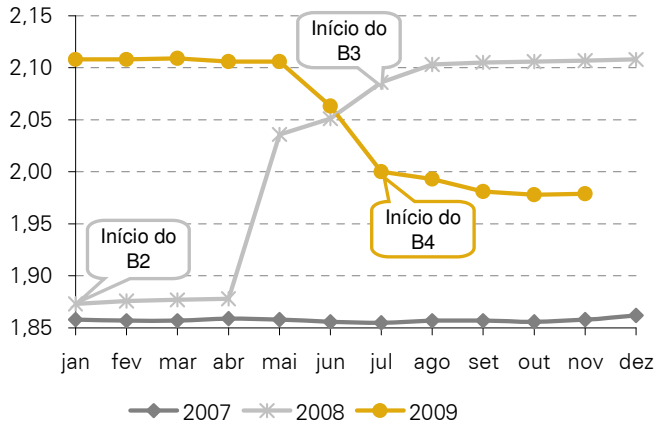
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel) em novembro foi de R$ 1,98/ ℓ, valor foi 6,1% inferior ao ocorrido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o preço apresentou aumento de 2,0%.

Produção de Biodiesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B4 (R$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

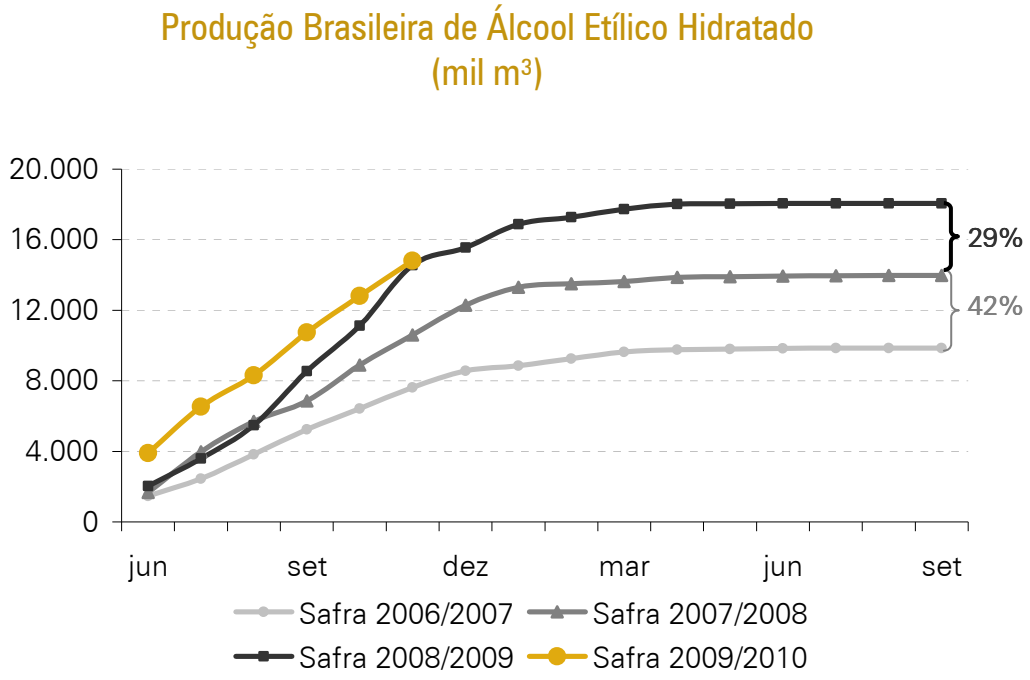
Em junho de 2009, a PETROBRÁS reduziu o preço do litro do óleo diesel em 15% nas refinarias. No mesmo período o Governo aumentou de R$ 0,03 para R$ 0,07 por litro a incidência da CIDE e elevou a participação do biodiesel de 3% para 4% por litro de diesel. Como resultado, o consumidor verificou uma queda no preço do diesel desde junho.

3.2. Álcool Etílico Hidratado

3.2.1. Produção de Álcool Etílico Hidratado (MAPA)

A safra 2009/2010 produziu, até o dia 1º de dezembro de 2009, 19.894 mil m³ de álcool, sendo 14.806 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (74,4%). Em relação ao mesmo período da safra 2008/2009, houve um aumento de 1,7% na produção de álcool etílico hidratado e a produção total de álcool foi 11,3% inferior.

De acordo com a UNICA (União da Indústria de Cana-de-açúcar) a safra 2009/2010 foi prejudicada devido ao elevado nível pluviométrico apresentado em novembro. Não fossem as chuvas, a moagem poderia ter sido maior. Em média, o aproveitamento foi de 69,1%, o que significa que em 9,4 dias do mês, as empresas ficaram impedidas de realizar a colheita.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Brasileira de Álcool - Valores Acumulados (mil m³)

Álcool Etílico	Safra 2008/2009 1º de novembro de 2008	Safra 2009/2010 1º de novembro de 2009	Variação (%)
Anidro	7.876	5.088	-35,4
Hidratado	14.553	14.806	1,7
Total	**22.429**	**19.894**	**-11,3**

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

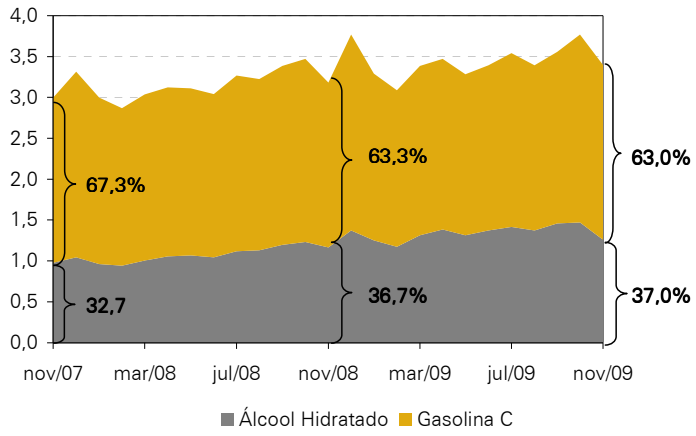
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,3 milhão m³ em novembro de 2009. Esse valor representa um aumento de 7,7% em relação a novembro de 2008. No acumulado do ano, houve um crescimento de 24,0%.

Em novembro de 2009, o preço ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R$ 1,69/ℓ, valor 11,9% superior ao registrado em novembro de 2008. No acumulado do ano, o preço do álcool etílico apresentou aumento de 1,1%.

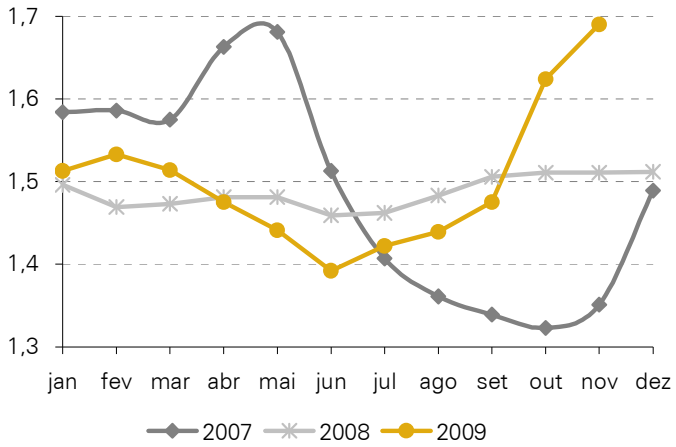
A produção de açúcar e álcool, desde o começo da safra, tem apresentado comportamentos similares. A evolução dos preços, porém, tem sido distinta. O preço do açúcar tem crescido desde janeiro de 2009, enquanto que o do álcool não tem sofrido variações relevantes.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C[1] (milhão m³)



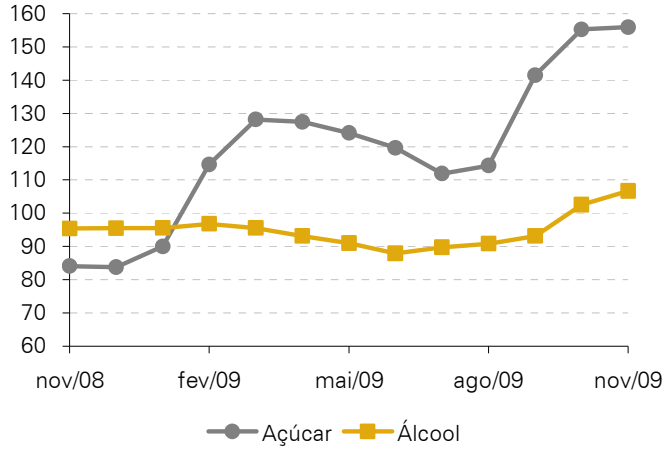
[1]Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R$/ℓ)



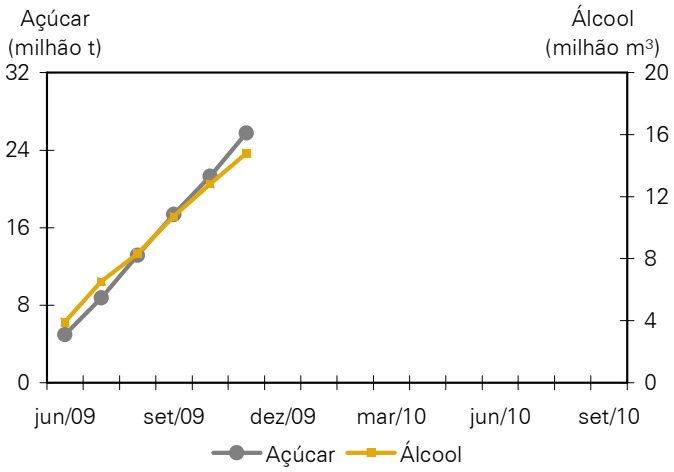
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ.

Produção de Açúcar e de Álcool Etílico Hidratado safra 2008/2009



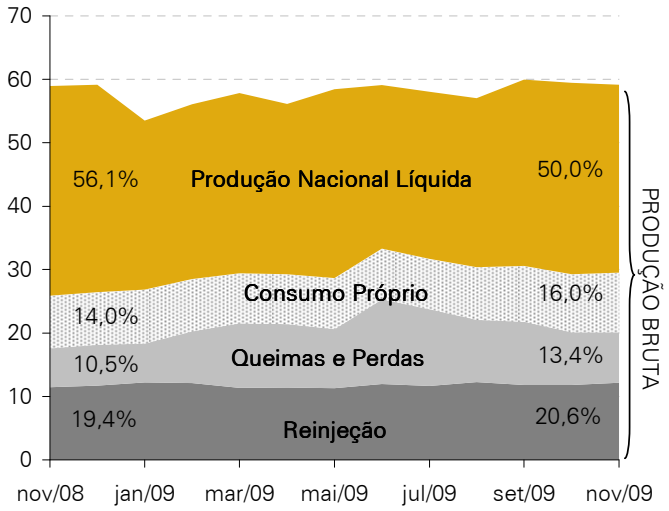
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

4. Gás Natural

4.1. Produção Nacional, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

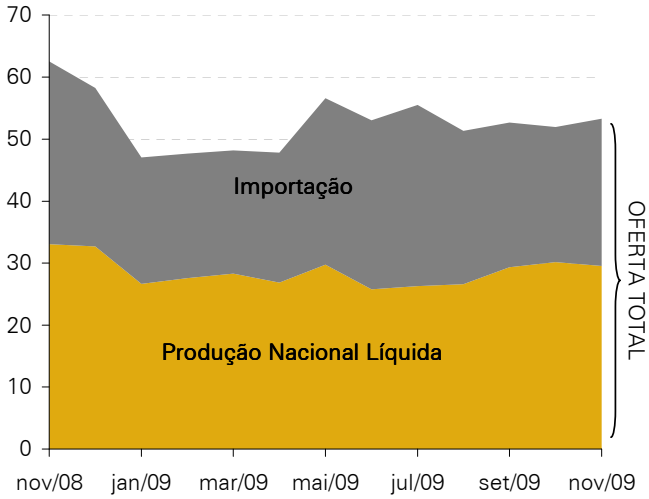
A produção nacional de gás natural, em novembro de 2009, foi de 59.116 mil m³/dia, representando um aumento de 0,3% comparado ao volume verificado em novembro de 2008. No acumulado do ano, a produção apresentou queda de 2,2%.

Produção Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Retirando o volume de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, o montante disponível da produção nacional foi de 29.562 mil m³/dia.

Considerando a importação de gás natural realizada pelo País em novembro de 2009, equivalente a 23.718 mil m³/dia, a oferta total desse energético, naquele mês, foi de 53.280 mil m³/dia.

Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	novembro/2008	Média do período jan-nov/2008	novembro/2009	Média do período jan-nov/2009
Produção Nacional[1]	**58.931**	**58.980**	**59.116**	**57.684**
- Reinjeção	11.450	10.539	12.180	11.848
- Queimas e Perdas	6.193	5.930	7.941	9.570
- Consumo Próprio E&P	8.247	7.864	9.432	8.366
= Produção Nac. Líquida	**33.041**	**34.647**	**29.562**	**27.900**
+ Importação	29.496	31.402	23.718	23.478
= Oferta	**62.537**	**66.049**	**53.280**	**51.378**

[1]Não inclui LGN.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O percentual de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção passou de 43,9% para 50,0% entre novembro de 2008 e novembro de 2009.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo nacional de gás natural no mês de dezembro de 2009 atingiu 37 milhões de m³/d. Comparado a dezembro de 2008, o consumo apresentou queda de 16,0%, e, no acumulado do ano, houve uma diminuição de 26,1% comparado ao mesmo período do ano anterior.

O setor industrial, em dezembro de 2009, consumiu 24 milhões de m³/d de gás natural (64,3% do volume total comercializado no mês), o que representa um aumento de 22,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, houve queda de 15,3%.

O consumo diário de Gás Natural no mês de dezembro ficou abaixo da média registrada nos últimos meses por conta da geração elétrica. Com o alto nível dos reservatórios, a maior redução aconteceu no segmento termoelétrico: queda de 85,9% em novembro de 2009 quando comparado a novembro de 2008, o que contribuiu para a queda acentuada do consumo de gás.

Desconsiderando-se o consumo termoelétrico, houve um aumento de 5 milhões m^3 no consumo de gás.

Consumo de Gás Natural por Segmento

Segmento	mil m^3/dia		Variação %	
	dez/09	jan-dez/2009	dez-2009/dez-2008	Acumulado do ano
Industrial	**23.506**	**21.876**	**22,8**	**-15,3**
Automotivo	6.078	5.762	-5,6	-13,1
Residencial	659	741	-9,1	2,3
Comercial	629	592	5,2	-2,9
Geração Elétrica	2.034	4.647	-85,9	-65,2
Co-geração*	2.888	2.431	60,3	7,6
Outros	710	648	145,5	160,5
Total	**36.503**	**36.697**	**-16,0**	**-26,1**

*O segmento CO-GERAÇÃO contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

Telecomunicações, transportes e investimentos

5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em novembro de 2009, o número de acessos fixos instalados no Brasil foi 0,5% superior ao de novembro do ano anterior. Na telefonia móvel, houve um aumento de 15,4% no número de acessos em novembro de 2009, na comparação com novembro de 2008.

Desde novembro de 2008 os acessos fixos apresentam variação insignificante, assim como a quantidade de telefones públicos instalados permanece praticamente estável desde 2007.

Dados Consolidados de Telefonia

Mês	Acessos Fixos	Variação (%)	Acessos Móveis em Operação	Variação (%)	Telefones de Uso Público	Variação (%)
	(em mil)	mensal	(em mil)	mensal	(em mil)	mensal
nov/08	43.439	0,24	147.052	2,71	1.131	-0,03
dez/08	43.446	0,02	150.641	2,44	1.131	-0,02
jan/09	43.453	0,02	ND	ND	1.130	-0,07
fev/09	43.451	0,00	152.365	1,14	1.130	-0,04
mar/09	43.477	0,06	153.673	0,86	1.130	0,00
abr/09	43.573	0,22	154.597	0,60	1.130	-0,01
mai/09	43.584	0,03	157.502	1,88	1.130	-0,01
jun/09	43.614	0,07	159.614	1,34	1.128	-0,12
jul/09	43.627	0,03	161.922	1,45	1.128	0,00
ago/09	43.632	0,01	164.539	1,62	1.128	0,00
set/09	43.632	0,00	166.121	0,96	1.128	0,00
out/09	43.649	0,04	168.037	1,15	1.128	-0,05
nov/09	43.666	0,04	169.754	1,02	1.127	-0,02

Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.
ND: Não disponível.

6. Transportes

6.1. Portos (CODESP)

A movimentação total de cargas no Porto de Santos, em novembro de 2009, foi 5,6% superior na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Observou-se queda na movimentação de carga geral de 10,3%.

Já a movimentação das cargas de granel sólido apresentou aumento de 16,0%.

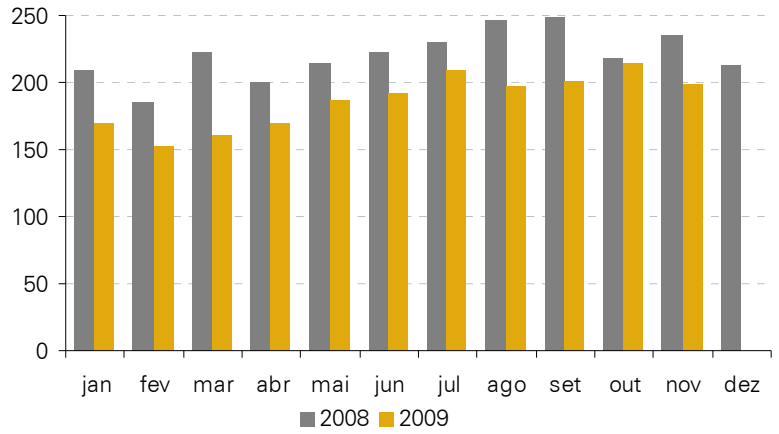
A quantidade de contêineres operados no Porto de Santos foi de 199.048 TEUs, montante 15,6% inferior ao observado no mesmo mês de 2008.

Movimentação no Porto de Santos - por Natureza

	novmebro/2008 (mil t)	novembro/2009 (mil t)	Variação (%)	Participação (%)
Carga Geral	2.991	2.683	-10,3	37,0
Granel Sólido	2.737	3.174	16,0	43,8
Granel Líquido	1.131	1.386	22,6	19,1
Total	**6.859**	**7.244**	**5,6**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria com dadoss da Codesp.

Movimentação de Contêineres (mil TEUs)



Fonte: Elaboração própria com dados da Antaq.

6.2. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em dezembro de 2009, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 48 milhões de toneladas, montante 21,5% superior ao averiguado em dezembro do ano anterior. Esse aumento foi atendido principalmente, pelo incremento na movimentação pelo modo rodoviário (32,8%).

No acumulado do ano, houve queda de 5,7% no volume total movimentado no país. A diminuição nas movimentações é conseqüência do contexto econômico que acabou por diminuir a comercialização no mercado internacional.

O modo marítimo foi o que apresentou a maior participação nas movimentações em dezembro de 2009, com 94,4%. Todos os modos apresentaram decréscimo na movimentação quando avaliado o crescimento no acumulado do ano.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	dez/2008 mil t	dez/2009 mil t	Crescimento %	acum-09/acum-08 %	Participação %
Marítimo	35.774	44.928	25,6	-4,7	94,4
Fluvial	976	931	-4,6	-39,6	2,0
Aéreo	105	106	0,7	-10,9	0,2
Ferroviário	63	51	-19,2	-25,3	0,1
Rodoviário	737	978	32,8	-9,7	2,1
Outros*	1.519	604	-60,2	-9,8	1,3
Total	**39.174**	**47.598**	**21,5**	**-5,7**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em novembro de 2009, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R$ 3,3 bilhões, valor 16,8% superior ao valor aportado em novembro de 2008.

Desembolso mensal BNDES

Setor	nov/2008 R$ milhão	jan-nov/2008 R$ milhão	nov/2009 R$ milhão	Participação %	jan-nov/2009 R$ milhão	acum-09/acum-08 %
Refino e Álcool	330	2.698	133	3,5	22.652	739,7
Energia Elétrica e Gás Natural	777	7.542	710	18,6	11.383	50,9
Saneamento	27	575	55	1,4	548	-4,7
Telecomunicações	428	5.648	145	3,8	2.137	-62,2
Transporte	1.704	16.638	2.772	72,6	22.682	36,3
Aéreo	*0*	*10*	*49*	-	*382*	*3.757,6*
Aquaviário	*123*	*414*	*75*	-	*647*	*56,1*
Terrestre	*1.581*	*16.213*	*2.647*	-	*21.653*	*33,5*
Total Infraestrutura	**3.266**	**33.100**	**3.816**	**100,0**	**59.401**	**79,5**

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União e do Ministério dos Transportes (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2009 foi de, aproximadamente, R$ 1,7 trilhão. Destes, aproximadamente R$ 57 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 3,3% do orçamento total.

Do orçamento de investimentos da União, foram empenhados e liquidados, até o dia 31 de dezembro, R$ 46 bilhões (80,3% do autorizado). O pagamento foi no valor de R$ 14,0 bilhões (24,5% do autorizado). Já o pagamento total realizado, incluindo os restos a pagar pagos durante o ano, soma R$ 32 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabela I e II)

Do montante de R$ 12,6 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes, em 2009, 84,4% foram empenhados e liquidados até o final de dezembro e R$ 4,2 bilhões foram pagos. Os restos a pagar pagos somam R$ 4,8 bilhões, o que resulta em um pagamento total de aproximadamente R$ 9,0 bilhões.

A maior parte dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R$ 10 bilhões) está destinada ao setor rodoviário (80,1% da dotação de investimento). O restante estava dividido entre os setores ferroviário (R$ 1,6 bilhão), hidroviário (R$ 748 milhões) e portuário (R$ 4 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu cerca de R$ 380 milhões em restos a pagar processados durante 2009. A União inscreveu, aproximadamente, R$ 4,5 bilhões de restos a pagar processados no mesmo período.

Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem pouco mais de R$ 8,7 bilhões inscritos, enquanto a União tem R$ 35,4 bilhões inscritos de restos a pagar não-processados em 2009.

Do volume de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 60,1% foram pagos até 31 de dezembro (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 49,0% do total de restos a pagar inscritos.

Como resultado, a União disponibiliza de R$ 19,0 bilhões de restos a pagar a pagar enquanto o Ministério dos Transportes disponibiliza de recursos na ordem de R$ 3,2 bilhões classificados como restos a pagar a pagar.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2009, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresentou dotação de R$ 28,5 bilhões referente ao orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, 41% foram alocados no Ministério dos Transportes (R$ 11,6 bilhões).

O PAC total empenhou e liquidou, até 31 de dezembro, 95,3% da dotação autorizada. O pagamento realizado com recursos do orçamento anual de R$ 8,8 bilhões e os restos a pagar pagos somaram R$ 9,1 bilhões, totalizando R$ 17,9 bilhões pagos.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2009
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 31/12/2009* R$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.856	1.288	69,4	1.288	69,4	314	16,9	577	891	96
MAPA	1.122	939	83,7	939	83,7	115	10,3	461	576	90
MCT	1.235	991	80,2	991	80,2	467	37,8	448	915	232
MDIC	246	69	28,2	69	28,2	19	7,6	15	34	20
MME	69	55	79,2	55	79,2	22	31,4	16	37	0
M. Transporte	**12.559**	**10.599**	**84,4**	**10.599**	**84,4**	**4.158**	**33,1**	**4.820**	**8.978**	**3.206**
M. Comunicações	114	37	32,3	37	32,3	2	1,8	10	12	5
MMA	101	68	66,7	68	66,7	12	12,1	34	46	6
MDA	907	820	90,4	820	90,4	102	11,2	398	499	229
M. Defesa	7.127	5.563	78,1	5.563	78,1	3.205	45,0	1.472	4.677	480
M. Int. Nacional	5.658	4.604	81,4	4.604	81,4	1.309	23,1	2.220	3.530	2.540
M. das Cidades	8.682	7.438	85,7	7.438	85,7	1.912	22,0	2.640	4.552	4.301
Outros**	17.391	13.380	76,9	13.380	76,9	2.322	13,4	5.083	7.404	7.753
Total	**57.068**	**45.849**	**80,3**	**45.849**	**80,3**	**13.959**	**24,5**	**18.192**	**32.151**	**18.960**

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

* Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2009
Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período – atualizados até 31/12/2009* R$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	1.597	1.207	75,6	1.207	75,6	350	21,9	623	973	503
Hidroviário	748	684	91,4	684	91,4	441	59,0	58	500	118
Portuário	4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0	13
Rodoviário	10.156	8.681	85,5	8.681	85,5	3.362	33,1	4.103	7.465	2.506
Outros	27	23	83,4	23	83,4	5	18,8	35	40	66
Não Informado	28	4	14,5	4	14,5	0	0,0	0	0	0
Total	**12.559**	**10.599**	**84,4**	**10.599**	**84,4**	**4.158**	**33,1**	**4.820**	**8.978**	**3.206**

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2009

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período – atualizados até 31/12/2009* R$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Min. dos Transportes	380	(37)	318	25
União	4.451	(283)	1.499	2.669

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período – atualizados até 31/12/2009* R$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Min. dos Transportes	8.746	(1.063)	4.502	3.181
União	35.398	(2.414)	16.693	16.291

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2009
PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 31/12/2009* R$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.105	791	71,6	791	71,6	355	32,1	418	773	76
Min. Planejamento	0	1	-	1	-	1	-	0	1	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MCT	0	4	-	4	-	0	-	0	0	0
Min. Fazenda	750	750	100,0	750	100,0	0	0,0	0		0
MEC	0	25	-	25	-	11	-	7	18	1
Min. Justiça	0	0	-	0	-	0	-	7	7	0
MME	344	306	89,2	306	89,2	134	38,9	32	166	4
Min. Saúde	1.000	982	98,2	982	98,2	15	1,5	234	248	1.648
Min. Transportes	**11.579**	**10.368**	**89,5**	**10.368**	**89,5**	**4.130**	**35,7**	**4.352**	**8.482**	**2.693**
MMA	0	32	-	32	-	5	-	4	9	0
MDA	0	0	-	0	-	0	-	2	2	4
Min. Defesa	0	460	-	460	-	151	-	315	466	111
Min. Integr. Nacional	2.725	2.632	96,6	2.632	96,6	555	20,4	1.694	2.249	1.601
MDS	0	7	-	7	-	7	-	0		0
Min. Cidades	10.949	10.764	98,3	10.764	98,3	3.483	31,8	2.025	5.508	1.960
Total	**28.452**	**27.123**	**95,3**	**27.123**	**95,3**	**8.846**	**31,1**	**9.089**	**17.935**	**8.098**

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
Valores menores que R$ 1 milhão não estão descritos na tabela.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Documento elaborado com dados disponíveis até 22 de janeiro de 2010.

Relatório de Infraestrutura | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Competitividade Industrial (COMPI) | Gerente Executivo: Augusto Jucá | Gerente de Infraestrutura: Wagner Cardoso | Equipe: Alexandre Barra, Carlos Senna, Ilana Ferreira, Luciana Nunes e Mariana Castellani | Coordenação: Luciana Nunes | e-mail: infra@cni.org.br | Projeto Gráfico: Núcleo de Editoração CNI | Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC: (61) 3317.9989 sac@cni.org.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.